

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS SERTÕES DE CRATEÚS

01 No dia 16 de junho do ano de 2021, realizou-se a 11ª reunião extraordinária do CBHSC,
02 por meio de videoconferência, através do aplicativo Microsoft Teams. **Ao todo estavam**
03 **presentes 23 instituições do colegiado, representando 76,66% do CBHSC e 25**
04 **membros entre titulares e suplentes. Como convidados estavam presentes** João
05 Lúcio, presidente da COGERH, Elano Joca e Emanuel Oliveira, da Diretoria de
06 Planejamento da COGERH, Ubirajara Patrício e outros analistas da COGERH, Ticiania
07 Studart e outros professores e discentes da Universidade Federal do Ceará – UFC,
08 membros da Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos, membros da Câmara
09 Técnica do Meio Ambiente, Mateus Perdigão da GERHI e a
10 secretaria-executiva/COGERH, totalizando 44 (quarenta e quatro) participantes. Foi
11 registrada a ausência dos membros da **Área Pastoral Nossa Senhora do Bom Sucesso,**
12 **Instituto Agropolos do Ceará, Associação dos Pequenos Produtores de Grota,**
13 **Conselho dos Povos Indígenas: Tabajara, Calabaça e outros de Poranga e Região -**
14 **CIPO, Prefeitura Municipal de Tamboril, Departamento Nacional de Obras Contra**
15 **as Secas – DNOCS e uma vacância.** Às 08h30min a presidente Nilce Pereira fez o
16 acolhimento da plenária, momento em que solicitou a Gilson Miranda, membro do
17 CBHSC, representando a Associação Caatinga, para apresentar um vídeo em alusão ao
18 Dia do Meio Ambiente. Em seguida Gilson e Nilce comentam sobre o vídeo. Na
19 sequência Nilce passa a palavra a João Lúcio Farias, presidente da COGERH, que inicia
20 sua fala parabenizando Gilson e a Associação Caatinga pelo vídeo apresentado,
21 enfatizando que os Sertões de Crateús tem suas dificuldades, mas também tem suas
22 belezas e coloca que o vídeo retratou bem as belezas. Cumprimenta a todos os membros
23 do CBHSC em nome da presidente Nilce do Comitê, em seguida cumprimenta a todos da
24 COGERH na pessoa o Diretor de Planejamento Elano e do Ubirajara que estão a frente
25 desse programa que pretende atualizar ou construir os planos de recursos hídricos das 12
26 (doze) bacias do estado do Ceará e saúda a todos da Gerência Regional de Crateús e
27 cumprimenta a todos da Universidade Federal do Ceará, na pessoa da professora Ticiania.
28 O presidente lembra que esse trabalho está sendo iniciado pelas Bacias dos Sertões de
29 Crateús e Serra da Ibiapaba, que ainda não tem plano, e pela atualização do Plano do

30 Curu, que é o plano mais antigo. João Lúcio enfatiza que a construção do plano dos
31 Sertões de Crateús é uma demanda antiga do colegiado, que em várias reuniões fez essa
32 cobrança, inclusive ressalta que o Comitê levou essa demanda até o governador do
33 Estado, devido a grande importância do Plano de Bacia e que com a parceria com a UFC,
34 FUNCAP e o Comitê proporcionou que nesse momento seja iniciado esse trabalho.
35 Salientando que o Plano de Bacia permite uma visão, um planejamento a curto, médio e
36 longo prazo da bacia hidrográfica, onde será possível também se fazer um diagnóstico da
37 bacia, ver cenários, portanto um prognóstico da bacia, pensando em ações para a bacia
38 hidrográfica dos Sertões de Crateús. João Lúcio destaca que o Plano de Bacia é um
39 documento base, um documento de referência para a bacia e acredita que a equipe que
40 está coordenando, juntamente com o CBHSC, tem condições de fazer um excelente
41 trabalho, e em breve terá o Plano da Bacia dos Sertões de Crateús, que será referência
42 para o Comitê e também servirá de base para o estado definir suas ações para a bacia. Ele
43 fala ainda da satisfação da COGERH ter conseguido recursos próprios que estão sendo
44 investidos nesses 12 (doze) planos de bacia. Para finalizar sua fala ele agradece a todos
45 os participantes e diz que a COGERH está totalmente envolvida nessa atividade. Em
46 seguida, Elano Joca, Diretor de Planejamento da COGERH, que após cumprimentar a
47 todos, recorda que Sertões de Crateús e Serra da Ibiapaba eram as únicas bacias que
48 ainda não tinham planos e que a região do Curu, cujo plano é de 1996, já está com seu
49 plano expirando, por isso foram às regiões prioritizadas para iniciar o planejamento das 12
50 (doze) regiões hidrográficas do Estado do Ceará. Ele coloca ainda que o Comitê está
51 repleto de atividades, citando o Planejamento Estratégico do colegiado, as reuniões
52 ordinárias, o período de alocação que já se aproxima e as atividades para construção do
53 Plano de Bacia, ressaltando que é necessário muito empenho e dedicação para o
54 cumprimento de todas essas atividades. Elano salienta ainda o modo como os planos
55 estão sendo construídos, com recursos próprios, arrecadados por meio do instrumento da
56 cobrança, destacando que a implementação de um instrumento está viabilizando o outro,
57 no caso a cobrança viabilizando o plano de bacia, o que ele coloca ser produto de um
58 sistema de recursos hídricos bem estruturado e que vem funcionando de maneira
59 adequada e satisfatória. Elano finaliza sua fala colocando que espera que até o final do
60 ano a região dos Sertões de Crateús tenha seu plano e que ao longo dos anos seja
61 realizado o acompanhamento da sua implementação e do cumprimento das metas que
62 serão colocadas nele. Em seguida Nilce agradece as colocações de João Lúcio e Elano e
63 passa a palavra para a professora Ticiane que inicia justificando a ausência do professor
64 Assis, e fala sobre o Programa Cientista Chefe, que é um programa do Governo do

65 Estado. Trata-se de projeto inovador, que inclusive será copiado por outros estados do
66 Nordeste, que trabalha 05 (cinco) temas importantes para a sociedade, dentre eles está os
67 recursos hídricos, que tem como cientista chefe, o pesquisador convidado para coordenar
68 os trabalhos, professor Francisco Assis de Souza Filho. Ela salienta que a ideia do
69 cientista chefe é trazer a universidade para dentro do Governo do Estado, sendo todos
70 estes temas abrigados pela FUNCAP, e no caso específico dos recursos hídricos, ele é
71 vinculado diretamente à Secretaria de Recursos Hídricos. Ela destaca que essa parceria já
72 rendeu produtos, dentre eles o plano de inovação da secretaria de Recursos Hídricos, um
73 projeto relacionado à alocação de água, os planos de recursos hídricos da bacia e os
74 planos de secas. Na sequência Nilce passa a falar a Rodrigues Júnior, gerente da Regional
75 da COGERH/Crateús, que coloca a importância desse momento, ressaltando que desde a
76 criação dos Comitês da Serra da Ibiapaba e do Sertões de Crateús, que na época da
77 criação dos colegiados, que são estaduais e sendo a bacia federal o processo de criação
78 dos mesmos não ocorreu com a mesma tranquilidade dos demais colegiados do Ceará.
79 Mas, a nível estadual existia a grande necessidade de criação dos colegiados, e ressalta
80 que João Lúcio, na época era Diretor de Planejamento e atuou junto a ANA que permitiu
81 que o Ceará viabilizasse a criação desses dois CBHs. Júnior relata que esses dois últimos
82 colegiados criados, apesar de poucos anos de existência, e talvez pelos anos difíceis
83 devido as secas, amadureceram muito. Júnior resume que foi uma luta a formação dos
84 dois colegiados e que suas constituições foram vitoriosas, e agora a elaboração dos
85 planos de bacia é motivo de satisfação. Na sequência, Nilce agradece a Secretaria
86 executiva pelo empenho e contribuições para que o trabalho do colegiado aconteça e em
87 seguida solicita que Nayara Carvalho, técnica do Núcleo de Gestão Participativa da
88 COGERH/Crateús, faça a chamada das instituições participantes. Após a chamada e
89 confirmação do quórum, Nilce apresenta a pauta da reunião: 1) 08:30h –
90 Abertura/chamada das instituições-membros; 2) 08:40h – Aprovação da ata da 10ª
91 reunião extraordinária do CBHSC; 3) 08:50h – Apresentação sobre o Plano de Recursos
92 Hídricos da Região Hidrográfica dos Sertões de Crateús; 4) 10:20h – Palestra “Água e
93 sustentabilidade no semiárido”; 5) 11:40h - Informes; 6) 11:50h – Deliberações e
94 encaminhamentos e 7) 12:00h – Encerramento. Na sequência, Nilce coloca a pauta em
95 apreciação e o plenário faz a aprovação da mesma. Dando continuidade, Nilce passa a
96 palavra para Teobaldo, secretário adjunto do CBHSC, que faz um resumo da ata da 10ª
97 Reunião Ordinária, lendo inclusive os encaminhamentos, ressaltando que a minuta da
98 mesma foi enviada a todos os membros por e-mail e por whatsapp. Teobaldo então
99 questiona se há algum membro que queira sugerir alteração na minuta da ata. Com a

100 negativa do plenário, Teobaldo indaga aos participantes se eles aprovam a ata e os
101 mesmos a aprovam por unanimidade. Em seguida, Teobaldo e Nilce lamentam o
102 falecimento de Benedito, presidente do Comitê do Coreaú, e destacam as ações
103 realizadas pelo mesmo. Dando continuidade a pauta, Nilce passa a palavra a Professora
104 Ticiania Sturdt, que inicia sua apresentação falando sobre o que é um plano de bacia ou
105 um plano de região hidrográfica. Portanto, Ticiania começa a rever alguns conceitos, fala
106 da Lei 9.433/97 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e lembra também
107 que temos uma política estadual de Recursos Hídricos, e questiona se temos
108 conhecimento do que é uma política. Ela explica que política é o conjunto de princípios e
109 medidas postos em prática (por instituições governamentais ou não) para a solução de
110 certos problemas da sociedade e acrescenta que no caso específico da política de recursos
111 hídricos, os princípios e objetivos referem-se ao uso das águas, respeitando os objetivos
112 da política social do país. Em seguida a professora explica que toda lei que também é
113 uma política possui alguns itens que são imprescindíveis e os cita: 1) os objetivos a serem
114 alcançados, que no caso na política de recursos hídricos é que a água seja tratada de
115 forma justa e racional, portanto com usos igualitários e sem desperdício; 2) Fundamentos
116 (ou princípios) sob os quais deve ser seguido e informa que em relação aos recursos
117 hídricos existem 06 (seis): o primeiro é que seu domínio seja público, portanto no Brasil
118 não existe água privada. O segundo é que a água tem valor econômico de maneira ao
119 usuário perceber que ela deve ser usada com parcimônia. O terceiro é a existência de
120 usos prioritários, no caso o abastecimento humano e a dessedentação animal. O quarto
121 princípio é a garantia de usos múltiplos. O quinto é a existência da unidade de gestão,
122 que é a bacia hidrográfica e o sexto e último é que a gestão dos recursos hídricos é
123 descentralizada e participativa. Continuando a falar dos itens imprescindíveis da política,
124 a professora informa que o 3) É que toda política tem seus instrumentos ou mecanismo
125 para implantá-la; 4) Arcabouço legal, sendo que no caso dos recursos hídricos temos a lei
126 estadual, os decretos de outorga, de cobrança e de funcionamento dos colegiados, as
127 portaria de fiscalização, ou seja, leis que dão sustentação a política e 5) Instituições para
128 implementá-la e fazer seu acompanhamento. Em seguida Ticiania destaca que a política
129 de recursos hídricos possui 06 (seis) instrumentos de gestão, ressaltando que o primeiro
130 deles é o plano de recursos hídricos e cita os outros: o enquadramento, a outorga, a
131 cobrança, a compensação aos municípios e os sistemas de informação de recursos
132 hídricos. Ticiania coloca que a compensação aos municípios, que está como instrumento
133 da Política Nacional tem somente o título, pois todos os artigos em relação a ela foram
134 eliminados. A professora esclarece que em relação que a Política Estadual de Recursos

135 Hídricos de 2010, não inclui a compensação aos municípios, mas acrescentou mais dois
136 instrumentos, sendo eles: a Fiscalização e o Fundo Estadual, no entanto, esse último
137 também foi excluído. Ticiania coloca que falou dos instrumentos da política para
138 contextualizar onde estão os planos de recursos hídricos. Em seguida ela conceitua plano
139 como sendo um documento que materializa em texto um planejamento, e viabiliza sua
140 materialização em termos de ações. Ela destaca que os planos podem ser temáticos e
141 possuem abrangências diversas. Assim, podemos ter um plano de saneamento com
142 abrangência nacional, sendo que na situação que estamos tratando, teremos no âmbito
143 temático um plano de recursos hídricos, e no âmbito espacial, estamos falando de um
144 plano de bacia. Ticiania destaca a importância da articulação entre os planos, ressaltando
145 que o Plano Nacional de Recursos Hídricos é de 2004, e ele abrange todo o país, o Plano
146 Estadual dos Recursos Hídricos é de 1992, onde são colocadas as especificidades do
147 Ceará e, portanto abrange todo o estado do Ceará. A nível de bacia ela coloca que
148 existem os planos de bacia, onde o pioneiro foi o da bacia do Curu, que foi elaborado em
149 1996. Ticiania ressalta que o Plano Nacional de Recursos Hídricos é um marco histórico,
150 sendo uma mudança de paradigma no modo de planejar os recursos hídricos, pois ele saiu
151 do planejamento clássico, onde é contratada uma consultoria para fazer um plano, que em
152 seguida é impresso e fica muitas vezes na gaveta ou prateleira, sendo usada apenas para
153 consultas e agora passou para um planejamento político, marcado pelo processo de
154 discussão com a sociedade. Portanto, o Plano de Recursos Hídricos foi estruturado em
155 dois eixos: 1) a continuidade de produção de informações técnica e o 2) a inclusão do
156 processo de discussão com a sociedade, sendo pioneiro a incorporar o planejamento
157 político. Ticiania esclarece que está sendo feito na 11ª reunião extraordinária do CBHSC a
158 reunião de partida do Plano de Recursos Hídricos que é justamente um planejamento
159 moderno, um planejamento que requer que haja a participação envolvida desde os
160 estágios iniciais. Uma das maneiras de proceder é a discussão com vários públicos
161 durante o plano. Por isso a UFC e COGERH estão, antes mesmo de iniciar a construção
162 do Plano de Recursos Hídricos dos Sertões de Crateús, conversando com o CBHSC, que
163 é parte da sociedade envolvida no plano. Ticiania ressalta ainda que a gestão de recursos
164 hídricos que veio na Política Estadual de 1992, e também na lei Nacional de 1997, foi
165 uma gestão integrada, descentralizada e participativa, onde a participação dos usuários é
166 um dos pilares da gestão, mas ao olhar o que já aconteceu no Estado do Ceará fica
167 perceptível que historicamente a participação da sociedade no processo de planejamento
168 dos recursos hídricos foi muito incipiente. E para exemplificar ela relata que o Plano
169 Estadual de Recursos Hídricos de 1992 não contou com participação popular, foi um

170 planejamento clássico, assim como o Plano da Bacia do Curu em 1996, o Plano de
171 Recursos Hídricos da Bacia do Jaguaribe de 1999, o Plano de Recursos Hídricos das
172 Bacias Metropolitanas de 2000 e Eixo de Integração da Ibiapaba também de 2000, sendo
173 que todos eles foram utilizados na atualização do Plano Estadual de 2005, que também se
174 deu na perspectiva de planejamento clássico. Ticiania informa que mais recentemente, em
175 2010, a COGERH elaborou os planos de mais quatro bacias, sendo elas: Acaraú, Coreaú,
176 Litoral (que foi o primeiro plano) e Metropolitana (que foi uma atualização do plano de
177 2000), sendo que esses quatro planos foram participativos. Ticiania destaca que essa é
178 uma das mudanças que o planejamento moderno pretende, que os usuários e a sociedade
179 se aproprie do planejamento. Ela fala da importância do planejamento, ressaltando que
180 planejar é decidir o que fazer, como fazer, quando fazer e quem irá fazer. Portanto,
181 planejar é buscar o melhor caminho para se atingir os objetivos. Em seguida ela enfatiza
182 que os planos de recursos hídricos são documentos que definem a agenda dos recursos
183 hídricos, incluindo ações de gestão, projetos, programas e investimentos prioritários.
184 Ticiania recorda que a Política Nacional de Recursos Hídricos coloca que a unidade de
185 planejamento é a bacia hidrográfica e acrescenta que há diferença entre bacia
186 hidrográfica e região hidrográfica. Ticiania informa que no plano de 1992 foi criado o
187 termo região hidrográfica e na época foram separadas 11 (onze) regiões hidrográficas de
188 planejamento no Ceará e explica que a bacia do Jaguaribe foi dividida em 05 (cinco)
189 regiões hidrográficas, pois a bacia do Jaguaribe ocupa metade do Estado. Assim, em
190 1992 buscou-se definir regiões de planejamento que tivessem mais ou menos o mesmo
191 tamanho. Essa divisão em regiões também aconteceu em relação ao Coreaú que tem
192 diversas bacias que foram unidas para formar a região hidrográfica do Coreaú. Assim, ela
193 coloca que algumas regiões hidrográficas do Ceará são divisões de uma bacia
194 hidrográfica, em outros casos são resultado da união de várias bacias hidrográficas e às
195 vezes é uma bacia hidrográfica, e cita como exemplo as bacias do Curu e Acaraú. Ticiania
196 esclarece então que toda bacia hidrográfica é uma região hidrográfica, mas nem toda
197 região hidrográfica é uma bacia. Na sequência a professora conceitua bacia hidrográfica,
198 explicando que se trata de uma área definida topograficamente, drenada por um curso d'
199 água ou um sistema conectado de cursos d'água, tal que toda a vazão efluente seja
200 descarregada através de uma simples saída, ou seja, um único exutório. Na sequência ela
201 exemplifica que além do Curu e do Acaraú, os Sertões de Crateús, tem um único exutório
202 e informa que esse exutório é o rio Poti. Ticiania coloca que no programa de execução dos
203 planos de recursos hídricos do Estado do Ceará, serão construídos planos para todas as
204 regiões hidrográficas e que houve um retorno ao pensamento de 1992 no sentido de

205 chamar todas essas áreas de planejamento de regiões hidrográficas, e por isso que no
206 início de sua apresentação utilizou a nomenclatura Plano de Recursos Hídricos da Região
207 Hidrográfica dos Sertões de Crateús. Em seguida Ticiane coloca quais são os elementos
208 que compõe um plano de recursos hídricos, explicando que o mesmo é constituído por: 1)
209 diagnóstico, que retrata o que temos hoje, o estágio em que estamos; 2) prognóstico, que
210 são os cenários futuros e 3) planejamento, que é o plano propriamente dito, onde estarão
211 postos metas, diretrizes e os programas. A professora conclui sua apresentação com uma
212 frase de Peter Ducker, que diz “O planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas
213 às implicações futuras das decisões presentes”. Dando continuidade a pauta, Ubirajara
214 inicia sua apresentação destacando que fará uma breve contextualização, e em seguida
215 tratará dos objetivos e da estrutura dos planos, do cronograma. Abordará também sobre o
216 plano de trabalho que foi discutido com a UFC, com a gerência regional de Crateús, com
217 a GERHI e também com a diretoria do CBHSC. Na sequência ele coloca que a 11ª
218 reunião extraordinária será justamente o momento de reportar aos membros do colegiado
219 como será a metodologia para construção do plano de recursos hídricos dos Sertões de
220 Crateús. Ubirajara coloca que o atual momento, chamado de reunião de partida, é o ponta
221 pé inicial para elaboração do plano, mas recorda que esse não é o início do processo. Ele
222 lembra que desde o ano passado a COGERH vem trabalhando nesse sentido e que os
223 planos de recursos hídricos é uma reivindicação antiga. Ubirajara destaca que essa
224 reivindicação chegou até o governador Camilo, quando os representantes dos colegiados
225 estiveram reunidos com o mesmo. Ele coloca que diante dessa demanda a diretoria da
226 COGERH vem se organizando no sentido de atender as solicitações e que a intenção do
227 programa de execução dos planos é que até o final de 2022 os planos de recursos hídricos
228 das 12 (doze) regiões hidrográficas sejam concluídos. Ubirajara ressalta que todos eles
229 serão construídos com a participação da sociedade, portanto serão planejamentos guiados
230 por uma perspectiva moderna. Ubirajara informa que em setembro do ano passado a
231 COGERH montou uma comissão provisória para formatar esse novo modelo de
232 construção dos planos, portanto, a maneira como os planos serão construídos é uma
233 inovação. Ele informa que em outubro de 2020 foi aplicado um questionário com as
234 gerências regionais no intuito de levantar elementos específicos de cada região
235 hidrográfica e com o objetivo de elaborar um questionário a ser aplicado com todos os
236 membros dos Comitês. Ubirajara lembra ainda que em 17 de dezembro de 2020, durante
237 reunião do Fórum Cearense dos Comitês de Bacias, houve o primeiro contato com os
238 CBHs, momento em que o Diretor de Planejamento Elano Joca apresentou a metodologia
239 pensada para construção dos planos. Depois veio uma portaria criando a comissão, a qual

240 ele faz parte, e é o gerente desse projeto. Continuando a detalhar o que já foi feito nesse
241 processo de construção dos planos, Ubirajara relata que houve uma reunião virtual com
242 todas as gerências regionais e destaca que as gerências são fundamentais nesse processo,
243 por estarem bem próximas aos Comitês e também por serem os que tem mais
244 conhecimentos e saberes sobre as suas regiões. Ele lembra ainda que em 03 de fevereiro
245 de 2021 foi realizado o lançamento do programa de execução dos planos de recursos
246 hídricos do Estado do Ceará, momento em que os colegiados foram convidados a
247 participar, e onde foi apresentado todo o processo metodológico pensado para elaboração
248 dos planos. Ubirajara coloca que já foi aplicado questionário abordando questões
249 relacionadas a problemas hídricos e ambientais, conflitos pelo uso da água, aspectos de
250 gerenciamento e instrumentos de gestão. Ubirajara reforça que, pelo cronograma,
251 primeiro serão elaborados os planos do Curu, da Serra e do Sertão, que serão finalizados
252 em novembro ou início de dezembro, e depois serão construídos Coreaú, Acaraú e
253 Litoral, sendo que os demais planos ficarão para 2022. Ubirajara segue sua apresentação
254 informando que o objetivo dos planos de recursos hídricos é propor ações e estratégias
255 que proporcionem a melhoria da segurança hídrica e a minimização da ocorrência de
256 conflitos pelo uso dos recursos hídricos tendo como base: 1) a avaliação das secas e
257 cheias, 2) o levantamento de informações sobre a estrutura, demanda hídrica e sobre as
258 questões relacionadas ao saneamento ambiental, tais como o lançamento inadequado de
259 efluentes urbanos e a destinação inadequada dos resíduos sólidos; 3) O entendimento de
260 problemas ambientais como o assoreamento dos reservatórios, os desmatamentos nas
261 Áreas de Preservação Permanente (APP), o crescimento desordenado de comunidades e
262 núcleos urbanos e as ocupações irregulares. Ubirajara ressalta então que o plano deve
263 conter a realidade na região hidrográfica e terá sua estrutura composta por: 1)
264 diagnóstico, que é o retrato da região hidrográfica no momento, o como ela está; 2) o
265 prognóstico que o cenário tendencial de comportamento da bacia, como ela deve ficar e
266 3) planejamento, que são as estratégias e ações do plano. Ele coloca ainda que por lei o
267 CBH deve aprovar o plano da sua bacia hidrográfica e que nesse modelo metodológico
268 que será utilizado o colegiado não só irá aprovar o plano finalizado, como irá aprovar
269 também etapa por etapa, dessa forma ele detalha que após a construção do diagnóstico
270 será realizado um estudo do mesmo e em seguida ele será apresentado ao Comitê para ser
271 apreciado e aprovado, a mesma coisa irá acontecer com o prognóstico e por final, após a
271 consolidação do plano, o colegiado irá aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Região
273 Hidrográfica. Ubirajara destaca que todo esse processo contará com o CBH e também
274 com a sociedade da bacia, destacando que a sociedade será convidada a participar por

275 meio da realização de audiência pública e de workshop, reafirmando que esse modelo
276 propicia maior participação e também flexibilização para que sejam feitos ajustes
277 necessários ao longo da construção do plano. Ubirajara ressalta que já existe uma
278 estrutura pensada para o diagnóstico, com itens que a comissão considera importante
279 conter no mesmo, mas, no entanto, ao longo do processo pode ser necessário incluir
280 outras questões. Ele apresenta então a estrutura pensada que contém os seguintes itens: a)
281 apresentação do plano de bacia, objetivos e agenda; b) caracterização da bacia
282 hidrográfica considerando aspectos físicos, bióticos, socioeconômicos, políticos e
283 culturais; c) demanda atual na região hidrográfica; d) oferta atual na região hidrográfica
284 (quantidade, qualidade, superficial e subterrânea); e) balanço hídrico agregado na bacia,
285 portanto a relação atual entre disponibilidade e demandas históricas avaliadas; f) eventos
286 extremos: secas e cheias; g) Questões ambientais da bacia; h) Principais sistemas de
287 recursos hídricos, problemas e conflitos; i) funcionamento do arcabouço institucional, de
289 maneira a apontar como a política de recursos hídricos se realiza na região; j) síntese do
290 diagnóstico realizado nos questionários. Ubirajara salienta que haverá uma audiência
291 pública para construção desse diagnóstico e que assim é possível que surjam elementos
292 novos que poderão ser incluídos nessa estrutura, assim como também a Câmara Técnica
293 instituída pelo colegiado pode propor alterações ou o próprio CBH, essa estrutura não
294 está fechada. Ele informa ainda que a equipe irá elaborar um documento denominado
295 “iniciando o diálogo” que é um pré-diagnóstico onde serão colocadas as informações que já
296 existem sobre a região hidrográfica, seguindo a estrutura detalhada anteriormente por ele.
297 Ele acrescenta ainda que esse documento será divulgado na bacia e em seguida será
298 realizada a audiência pública onde o principal elemento será esse documento, de maneira
299 que a sociedade possa ler o documento e na audiência pública possa contribuir com a
300 construção do plano de recursos hídricos. Ubirajara coloca que o passo seguinte será a
301 construção do prognóstico, sendo que o mesmo terá os seguintes elementos: 1) cenários
302 de demanda com horizonte até 2050; 2) cenários de oferta incorporando mananciais não
303 tradicionais; 3) cenários de balanço hídrico; 4) cenários de qualidade da água; 5) cenários
304 de conflitos e cooperações atuais e potenciais e 6) cenários institucionais. Ele explica que
305 assim como o diagnóstico, esses elementos do prognóstico também não é algo fechado,
306 pois a sociedade, a Câmara Técnica e o CBHSC também poderão sugerir alterações.
307 Ubirajara afirma que baseado no retrato da bacia hoje e nos cenários futuros é que serão
308 definidas as estratégias e ações necessárias ao uso dos recursos hídricos de maneira mais
309 equilibrada, e que precisa ser feito num cenário de curto, médio e longo prazo para a
310 melhoria da segurança hídrica e a minimização da ocorrência de conflitos pelo uso dos

311 recursos hídricos na região hidrográfica. Ele informa que as estratégias e ações são
312 agrupadas em programas, sendo que a equipe responsável pela elaboração definiu a
313 necessidade de inserir os seguintes programas: 1) Programa de Gestão da Oferta; 2)
314 Programa de Gestão da Demanda; 3) Programa de Gestão de eventos extremos, 4)
315 Programas de conservação ambiental, 5) Programa Gestão de conflitos e promoção da
316 cooperação; 6) Programa sobre os instrumentos de gestão; 7) Programa sobre Alocação
317 Negociada; 8) Programa sobre os sistemas de informações da Região Hidrográfica e
318 acompanhamento das ações realizadas na bacia. No entanto, ele salienta que assim como
319 o diagnóstico, o prognóstico, as estratégias e programas elencados também podem sofrer
320 alterações, caso a sociedade, a Câmara Técnica ou o Comitê julguem necessário.
321 Ubirajara enfatiza que o plano de recursos hídricos da região deve estar articulado ao
322 plano nacional, ao plano estadual e a realidade da região hidrográfica. Para finalizar sua
323 apresentação, Ubirajara apresenta o cronograma de atividades do Plano de Recursos
324 Hídricos da Região Hidrográfica dos Sertões de Crateús, com as ações previstas até
325 dezembro para que o plano seja concluído. Ele informa que a primeira atividade prevista
326 é a atual, portanto a reunião de partida do plano. Em seguida, no dia 14 de julho ocorrerá
327 a audiência pública, onde será discutido o diagnóstico, e esse momento não será apenas
328 do Comitê, será um momento participação mais ampla. No dia 25 de agosto acontecerá
329 uma reunião do Comitê para aprovar o diagnóstico, mas 15 (quinze) dias antes dessa
330 reunião a Câmara Técnica irá receber a documentação do diagnóstico para que a mesma
331 tenha tempo para analisar, e os membros do CBHSC receberão a documentação 07 (sete)
332 dias antes. Ele esclarece que a Câmara Técnica receberá uma semana antes, de maneira a
334 aprofundar o estudo em relação ao documento e caso tenha alguma alteração a sugerir
335 haja tempo hábil para a equipe fazer as alterações necessárias e enviar ao colegiado para
336 aprovação. No dia 15 de setembro irá acontecer um workshop com 25 (vinte e cinco) ou
337 30 (trinta) pessoas, onde participará a Câmara Técnica e mais algumas pessoas a serem
338 definidas pela diretoria do Comitê a partir de alguns critérios. Ele esclarece que esse
339 momento será com um grupo menor porque será uma oficina de trabalho para construção
340 de conceitos importantes e também será construída a tendência da região hidrográfica, a
341 cenarização da bacia. No dia 13 de outubro irá acontecer outra reunião do Comitê para
342 aprovação dos cenários, o prognóstico da bacia, sendo que a Câmara Técnica receberá o
343 material 15 (quinze) dias antes da reunião e os membros do CBHSC receberão 07 (sete)
344 dias antes. No dia 10 de novembro acontecerá outro workshop para discutir, levantar
345 propostas para construção das estratégias e ações do plano, destacando que ao longo do
346 processo pode ser que essa etapa não aconteça por meio de workshop, podendo ser até

347 uma audiência pública, a depender das etapas anteriores. No dia 08 de dezembro haverá
348 uma nova reunião do CBHSC e será o momento de aprovação das estratégias e ações e,
349 portanto, a aprovação do próprio Plano de Recursos Hídricos. Talvez após uns 30 (trinta)
350 dias a UFC faça a formatação de todo o documento e possa entregá-lo à COGERH, para
351 que o mesmo seja divulgado e também para acompanhamento de sua execução. Após as
352 apresentações de Ticiane e Ubirajara, Nilce solicita que os membros que tenham alguma
353 dúvida ou colocação a fazer sobre as apresentações se inscrevam para organizar a
354 sequência de falas. Em seguida Sr. João, membro do CBHSC, representante do Sindicato
355 dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Quiterianópolis,
356 pede a fala e coloca que considera importante que no plano de recursos hídricos dos
357 Sertões de Crateús sejam mencionados os problemas ambientais de Quiterianópolis, por
358 ser o início da bacia e por ser o município onde está localizada a nascente do rio Poti. Na
359 sequência ele menciona os problemas existentes em Quiterianópolis: 1) A situação do
360 açude Colina, pois, segundo Sr. João, existe o lançamento de esgoto de boa parte da sede
361 urbana do município no referido reservatório; 2) O uso excessivo de agrotóxico no
362 município, o que na sua visão provoca contaminação das águas do rio Poti, que
363 desaguam no açude Colina e depois no açude Flor do Campo, Carnaubal e segue rio
364 abaixo; 3) A situação de vários barramentos que chegaram a romper no de 2020 e que,
365 segundo o mesmo, até o momento não viu nenhuma ação por parte do município, do
366 estado e nem da união em relação a situação e 4) A situação causada pelo rejeito da
367 mineradora Globest, que, de acordo com seu relato, assoreou o rio Poti nas proximidades
368 da mineradora, levou rejeito para o leito do rio e conseqüentemente para o açude Flor do
369 Campo, sendo que no futuro, com boas chuvas, ele considera que uma eventual sangria
370 do Flor do Campo levaria esses rejeitos até o Carnaubal e assim por diante. Após a fala
371 de Sr. João, o Sr. Ribamar, membro do CBHSC, representante da Colônia de Pescadores
372 Z-58 de Novo Oriente, pede a fala e coloca que também considera importante que seja
373 abordado no plano essa situação do açude Flor do Campo e região, em relação à
374 contaminação e o assoreamento. Ele coloca também que na região é comum a prática de
375 pesca predatória, sendo que ela não ocorre apenas no período de defeso, mas a todo
376 tempo, com utilização de malha abaixo do permitido, assim como a utilização de técnicas
377 para assustar o peixe através de motores nas canoas. Ele coloca também a preocupação
378 em relação a poluição provocada por esses barcos motorizados. Sr. Ribamar coloca que
379 outra problemática comum é a presença de lixo na margem do reservatório que são
380 deixados por banhistas e também por pescadores que não são registrados na colônia. Ele
381 relata ainda que existe ação de madeireiros na APP do açude Flor do Campo e que, às

382 vezes, fazem até carvão na área, o que causa muita fumaça na região do açude. Sr.
383 Ribamar fala também da presença de apicultores na região, ele considera que esse grupo
384 contribui com a preservação ambiental, mas as colmeias estão inseridas em locais de
385 acesso dos pescadores e isso tem provocado acidentes com as abelhas. Sr. Ribamar
386 coloca que na região a montante do açude está ocorrendo uso demasiado de agrotóxico e,
387 na visão dele, as chuvas acabam levando esse agrotóxico para o açude Flor do Campo.
388 Ele relata ainda que existe muito desmatamento das matas ciliares do rio Poti, a jusante
389 do açude Flor do Campo. Em seguida, Cicero Lacerda, membro do CBHSC,
390 representante da prefeitura de Quiterianópolis, pede a fala e reforça as colocações de Sr.
391 João, afirmando que de fato há um uso abusivo de agrotóxico nas regiões popularmente
392 denominadas de baixios, que estão nas margens do rio Poti. Lacerda coloca que além do
393 agrotóxico é comum a utilização do método de aragem nessas terras que margeiam o rio,
394 provocando conseqüentemente assoreamento. Lacerda relata também a questão dos
395 esgotos da sede municipal que atualmente uma parte é lançada para dentro do açude
396 Colina. Ele coloca que são problemas que impactam bastante os recursos hídricos e por
397 isso julga importante estarem no plano. Marciel, membro do CBHSC, representante da
398 Cáritas Diocesana de Crateús – CDC coloca que estão desenvolvendo um projeto junto
399 aos pescadores e pescadores, e a partir dessa realidade reafirma a necessidade de
400 considerar no plano todas as problemáticas levantadas por Sr. João e por Sr. Ribamar, e
401 acrescenta outra situação, que a presença de animais, currais e cercados na bacia dos
402 reservatórios, situação que na visão dele trás dois problemas: um relacionado à qualidade
403 da água do reservatório e a outra em relação à dificuldade de acesso dos pescadores ao
404 açude devido ao cercamento. Situação que gera conflito entre pescadores (as) e os
405 proprietários dos animais. Marciel encerra sua fala ressaltando a preocupação com os
406 rejeitos da mineradora Globest que caíram no rio Poti, e comenta que muita coisa chegou
407 ao açude Flor do Campo e se nada for feito poderá chegar ao Carnaubal e até o Lago de
408 Fronteiras. Na sequência, Paulo Giovani, membro da Câmara Técnica de Meio Ambiente
409 do CBHSC, representante do Sindicato dos Professores de Crateús, coloca que para ele o
410 objetivo principal do plano de recursos hídricos é garantir saúde a população por meio da
411 água, mas a partir das falas anteriores deve haver um maior cuidado com o rio Poti e com
412 o meio ambiente da região. Ele comenta que a questão ambiental é fundamental nesse
413 processo, por isso considera importante incluir no plano a educação ambiental, tanto a
414 formal quanto a conscientização a ser realizada com os proprietários de terras, de
415 maneira a informá-los e levá-los a compreensão da importância do cuidado com os rios,
416 riachos, com os cursos d'água. Outro ponto que ele considera relevante constar no plano

417 é a questão da fiscalização, pois na visão dele às vezes os órgãos fiscalizadores fecham os
418 olhos para os problemas ambientais, algumas vezes por questões políticas e em outros
419 casos por falta de estrutura para realizar as ações. Após as colocações dos membros do
420 colegiado e da CT de Meio Ambiente, Ticiania ressalta a importância da participação no
421 processo de construção dos Planos de Recursos Hídricos. Ela enfatiza que o diagnóstico
422 do plano será realizado por meio de dados secundários e por isso solicita aos
423 participantes da reunião se caso eles tenham estudos, teses, dissertações sobre as
424 problemáticas levantadas que por gentileza enviem o material a gerência regional da
425 COGERH ou para seu e-mail fornecendo em seguida seu endereço eletrônico. Ela
426 ressalta que registrou todas as problemáticas citadas e salienta que muito do que foi
427 apresentado já era de conhecimento por meio da análise dos questionários que foram
428 respondidos pelos membros do colegiado e que trouxe um pouco do retrato da região em
429 relação à problemática ambiental e os conflitos presentes. Na sequência Ubirajara coloca
430 que fez anotação de tudo que foi falado e também do que apareceu no chat, que no caso
431 foi à observação de Gilson em relação ao óleo dos motores das canoas. E reforça que
432 todas essas colocações serão fundamentais para o diagnóstico da região. Ele destaca
433 ainda que é necessário e importante também fazer uma interlocução com a Agência
434 Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, em decorrência do processo de
435 formação do CBH Parnaíba e da possibilidade deles terem algum material, estudo,
436 diagnóstico que também poderá ser usado no processo de construção do Plano de
437 Recursos Hídricos dos Sertões de Crateús. Ubirajara então destaca esse modelo inovador
438 de construção do plano justamente pela possibilidade dele ser construído a muitas mãos.
439 Ele reafirma ainda que serão utilizadas diversas fontes de informação e que os membros
440 do Comitê que tenham alguma informação que considerem importante constar no plano
441 pode encaminhar material para Gerência Regional da COGERH ou para o e-mail de
442 Ticiania, que a equipe analisará a pertinência e a importância do material para inclusão no
443 plano. Dando continuidade a pauta, Nilce convida Marciel e Edevaldo, membros do
444 CBHSC e representantes da CDC, para fazerem a apresentação: Água e Sustentabilidade.
445 Marciel então inicia a apresentação ressaltando que é agente caritas e que vai apresentar
446 o que é a Cáritas e do que ela vem desenvolvendo na região, seus projetos, sua atuação
447 nos Sertões de Crateús e na região dos Inhamuns. Maciel informa que a CDC é um
448 organismo da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), sendo um dos
449 serviços de caridade organizada da igreja Católica e tem por missão testemunhar e
450 anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo e promovendo toda forma de vida e
451 participando da construção solidária da sociedade do Bem Viver, sinal do Reino de Deus,

452 junto com as pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Ele enfatiza que o
453 foco da Cáritas é defender a vida em sua totalidade, portanto, as pessoas e a natureza. E
454 ressalta que todas as atividades da Cáritas são por meio de ações emancipadoras e que
455 levam os beneficiários a se entenderem no semiárido e informa que a Cáritas iniciou suas
456 atividades na Diocese de Crateús com a implementação das cisternas de 16 mil litros e
457 sua atuação tinha duas perspectivas: 1) Uma ação educativa, de educação
458 contextualizada para convivência com o semiárido e 2) Desenvolvimento de tecnologias
459 para convivência com o semiárido. Ele lembra que por muitos anos houve um estereótipo
460 de que a seca era algo a ser combatido e por tanto as pessoas dessa região deveriam
461 gastar suas energias e esforços nesse combate, no entanto a Cáritas entende que a
462 ocorrência de secas é uma característica do nosso bioma, mas é uma região muito rica.
463 Marciel coloca que a partir desse pensamento a Cáritas começa a atuar no intuito de
464 mudar esse olhar sobre o semiárido e começa a desenvolver ações com o objetivo de
465 mostrar que o semiárido é capaz de sustentar os que aqui residem, de manter os filhos
466 dessa terra. Ele mostra que a cisterna de 16 mil litros foi a primeira ação, em seguida veio
467 a cisterna calçadão, as cisternas das escolas e outras tecnologias desenvolvidas para a
468 convivência com o semiárido. Atualmente a Cáritas vem desenvolvendo o bioágua, que
469 um sistema de reuso da água da lavagem de louça, de roupas, banho para uso na
470 produção agrícola. A água é reutilizada para regar hortaliças e frutíferas com o objetivo
471 de contribuir com o sustento das famílias. Marciel fala ainda das formações modulares,
472 as escolas de cidadania e as oficinas que são atividades presentes em todos os projetos,
473 configurando-se assim num certo padrão, pois a Cáritas acredita que a educação
474 contextualizada é necessária para que os beneficiários conheçam, deem valor e assim
475 possam potencializar o que existe no nosso meio. Marciel detalha que a Cáritas
476 Diocesana de Crateús tem 47 agentes, 28 estagiários (as), 12 bolsistas, 150 voluntários
477 (as) atuando em 25 municípios do Estado do Ceará, acompanhando diretamente 8.239
478 famílias, atendendo 41.195 pessoas indiretamente. Projetos desenvolvidos pela Cáritas:
479 1) Projeto Pescadoras/res Construindo o Bem Viver, que atende 832 Pescadores/as e 340
480 famílias, nos municípios de Crateús, Ipaporanga, Tamboril, Nova Russas, Novo Oriente,
481 Independência, Tauá, Quiterianópolis, Parambu, Arneiroz, Aiuaba e Catunda. Ele ressalta
482 que nesse programa a Cáritas desenvolve as seguintes atividades: Formações Modulares;
483 Escolas de Cidadanias; Intercâmbios; Assessoria Jurídica; Oficinas Temáticas; Oficinas
483 para Mulheres; Implementação de Bioágua; Seminários; Incentivo a Comercialização e
485 Participação em Feiras; 2) Projeto Contexto coordenado pela irmã Erbenia, que costuma
486 dizer que a educação contextualizada é a pupila dos olhos da Cáritas. É por meio desse

487 projeto que a Cáritas atua no sentido de mudar, por meio da educação contextualizada, o
488 olhar sobre o semiárido, fazendo uma mudança de paradigmas, levando professores e
489 alunos a verem o semiárido de maneira diferente. A partir dos saberes dos professores,
490 alunos e dos pais de alunos, o projeto busca pensar sobre o que eles produzem, como
491 produzem, tentando também diminuir a prática das queimadas e a introdução de uma
492 produção mais agroecológica. Marciel coloca que o objetivo é que as famílias atendidas
493 percebam a partir da realidade deles a riqueza do semiárido. Ele informa que o projeto
494 atende 130 escolas, 1500 professores, 19.500 alunos e 4.054 famílias nos municípios de
495 Crateús, Ipaporanga, Ararendá, Poranga, Ipueiras, Nova Russas, Tamboril, Novo Oriente,
496 Quiterianópolis, Tauá, Pedra Branca, Boa Viagem, Madalena, Quixeramobim, Senador
497 Pompeu, Mombaça, Solonópolis, Milhã, Piquet Carneiro, Deputado Irapuã Pinheiro,
498 desenvolvendo as seguintes atividades: Formações modulares, contação de história,
499 fotografia, culminância nas Escolas, oficinas temáticas e projetos de leis. Marciel destaca
500 que Tamboril foi a primeira cidade a aprovar lei para uma educação contextualizado para
501 convivência com o semiárido. Ele informa que Quiterianópolis, Ipaporanga, Ipueiras
502 também aprovaram legislação nesse sentido. Edevaldo pede a fala e coloca que a diocese
503 de Crateús é referência nacional em educação contextualizada, que vem desenvolvendo
504 esse trabalho desde a época que Dom Frágoso, que era bispo de Crateús, e que a Cáritas
505 vem dando continuidade a esse processo. Ele destaca que os livros didáticos geralmente
506 não trazem a realidade do semiárido, trazem aspectos das regiões sul e sudeste, pois em
507 sua maioria são produzidos lá, sendo que, às vezes, o aluno vem ter contato na escola
508 com aspectos do semiárido apenas no último ano do ensino médio e o projeto contexto
509 busca mudar isso. 3) O Projeto Paulo Freire atende 80 comunidades rurais, dos
510 municípios de Tauá, Parambu, Quiterianópolis, Arneiroz e Aiuaba, tendo 2.770 famílias
511 beneficiadas. Marciel explica que a Cáritas, juntamente com muitos parceiros, realiza
512 anualmente a feira da agricultura familiar, como maneira de promover espaço para venda
513 de produtos dos agricultores, agricultoras da região, promovendo a visibilidade dos
514 produtos, possibilitando ainda o intercâmbio de conhecimentos, técnicas e saberes. Ele
515 coloca ainda que o projeto implementou 1484 apriscos para atividade de
516 ovinocaprinocultura, 1115 aviários, 250 famílias beneficiadas com apiários, 12 famílias
517 com maquinário de desenvolvimento artesanal e 38 famílias com áreas de mandiocultura
518 e cajinocultura. O projeto busca fortalecer grupos de jovens e também promover oficinas
519 com mulheres. Ele ressalta que o projeto desenvolve as seguintes atividades: assessoria
520 técnica, oficinas temáticas, intercâmbios, fortalecimento das associações comunitárias,
521 acompanhamento a grupos de mulheres e jovens, implementação de planos de

522 investimentos e incentivo a comercialização e participação em feiras; 4) Projeto Tecendo
523 Redes com atuação nos municípios de Tauá, Quiterianópolis, Crateús, Independência,
524 Nova Russas e Tamboril, atendendo 975 famílias. Marciel destaca que esse projeto
525 acompanha grupos de jovens e de mulheres e que acompanha as casas de sementes que
526 buscam conservar as sementes crioulas, além de prestar assessoria técnica a hortas
527 comunitárias urbanas, promovem intercâmbios e feiras agroecológicas, escolas de
528 cidadania e desenvolvimento de práticas interativas; 5) PIAJ (Programa de Infância,
529 adolescência e Juventude), que um programa para acompanhamento da juventude que
530 atua em Parambu, Tauá, Quiterianópolis, Crateús, Ipueiras, Nova Russas e
531 Independência. Marciel informa que esse programa atende 07 grupos e 80 jovens, por
532 meio de visitas aos grupos, oficinas temáticas, intercâmbios, curso de formação de
533 lideranças, formação política e curso de comunicação popular. Marciel coloca que a
534 diocese tem uma prática antiga de estimular hortas medicinais, comunitárias, trocas de
535 saberes populares, cuidados com a vida e cuidados com a alimentação. A Cáritas vem
536 resgatando, desde 2019, essas práticas na diocese e por isso desenvolve um espaço muito
537 especial, que é o Espaço do Bem Viver, sendo instrumento de colo amoroso na vida dos
538 grupos acompanhados, fazendo um acompanhamento humano, solidário no campo
539 psicológico, emocional, espiritual, tendo em vista a ação preventiva atuando em parceria
540 com os serviços públicos. Ele informa que esse espaço conta com as seguintes atividades:
541 acupuntura, massoterapia, yoga, floral, tinturas, chás, reiki, auriculoacupuntura,
542 aromaterapia, fitoterapia, atendimento psicológico, escuta fraterna e acolhedora e
543 constelação familiar e terapia comunitária. Marciel finaliza sua fala com uma frase de
544 Dom Helder Câmara que diz “Ótimo que tua mão ajude o vôo... Mas, que ela jamais se
545 atreva a tomar o lugar das asas...” e se coloca a disposição para qualquer esclarecimento.
546 Ewerton, coordenador do Núcleo de Gestão participativa da COGERH/Crateús
547 parabeniza Marciel e Edevaldo pela apresentação e coloca como é importante para a
548 bacia ter uma instituição tão atuante. Paulo Giovani também parabeniza os palestrantes e
549 coloca a importância do trabalho da Cáritas por meio a educação contextualizada, de
550 maneira a desenvolver a autonomia do público atendido. E ressalta a importância da
551 Cáritas está buscando que seus projetos e ações se tornem políticas públicas, por meio de
552 legislações. Na sequência Edivaldo, membro do CBHSC representando a EMATERCE,
553 pergunta se o Comitê tem alguma atuação junto as nascentes que existem na bacia dos
554 Sertões de Crateús, se há um monitoramento dessas nascentes, se estão catalogadas todas
555 as nascentes. Ewerton então coloca que a COGERH não tem informações sobre todas as
556 nascentes e informa que o Comitê tem um projeto na área da nascente do rio Poti em

557 Quiterianópolis. Ewerton coloca ainda que a Associação Caatinga tem um trabalho
558 relevante de identificação e diagnóstico de várias nascentes em Crateús. Edivaldo coloca
559 que tem interesse em participar do trabalho nesse sentido, pois recentemente conheceu
560 duas nascentes com água fluindo em boa quantidade, mas observou que as mesmas não
561 estavam recebendo os cuidados que deveriam. Ewerton ressalta que acredita que o Plano
562 de Bacia irá trazer informações sobre isso. Júnior pede a fala e coloca que a Cáritas,
563 juntamente com a prefeitura de Ipoporanga, realizou um levantamento de algumas
564 nascentes daquele município. Júnior coloca que esse estudo foi encaminhado a Fortaleza
565 com o objetivo de ver o que pode ser feito em relação a qualidade de água e vazão. Ele
566 destaca ainda que algumas dessas nascentes são utilizadas para abastecimento humano,
567 que inclusive alguns distritos captam água para beber. Edivaldo coloca que o seu
568 pensamento é que fosse feito um trabalho em relação a todas as nascentes da bacia dos
569 Sertões de Crateús, de maneira ao Comitê contribuir para a preservação das mesmas.
570 Marciel coloca que não tem tantas informações sobre esse estudo, mas tem conhecimento
571 de sua existência e sabe que foram levantadas mais de 50 (cinquenta) nascentes naquela
572 região de Ipoporanga e concorda com Edivaldo, de que o Comitê deve pensar ações em
573 relação às nascentes da bacia. Em seguida o professor Jorge, membro da Câmara Técnica
574 do Plano de Recursos Hídricos, representante do IFCE, destaca a importância do trabalho
575 da Cáritas, principalmente no viés da educação. Na sequência Inês, da Secretaria dos
576 Recursos Hídricos, coloca que a Cáritas é o maior exemplo de representatividade dentro
577 de um Comitê e ressalta que ao longo do tempo, principalmente em relação à água, a
578 Cáritas vem desenvolvendo tecnologias tão importantes ao ponto de tornarem políticas
579 públicas, como foi o caso das cisternas, tratamento de águas cinza que a SDA também
580 está desenvolvendo, a questão da educação contextualizada e o projeto fazedores de
581 água, que o governo chama de produtores de água. Ela destaca que a Secretaria dos
582 Recursos Hídricos tem um projeto que trabalha educação ambiental voltada para água e
583 que ela tem esperança que por meio da Cáritas esse projeto seja implementado pelo
584 Comitê dos Sertões de Crateús. Seguindo a pauta, Nilce inicia os informes repassando
585 aos membros do colegiado a informação da criação das redes sociais do CBHSC,
586 ressaltando que o Instagram e o Facebook do colegiado já foram criados e convida aos
587 membros a conhecerem as redes sociais do Comitê, salientando que todas as segundas-
588 feiras serão postados os volumes atuais dos reservatórios da bacia. Nilce destaca ainda
589 que Isabela vem fazendo um excelente trabalho, tanto nas redes sociais como na
590 atualização e criação de artes para os documentos do CBHSC. A presidente coloca
591 também que aconteceu uma reunião da diretoria provisória e do grupo de apoio do CBH

592 Parnaíba no dia 09 de junho, ressaltando que está acontecendo uma reunião mensal desse
593 grupo para avaliar a situação da pandemia e a possibilidade de retomar as atividades para
594 formação do CBH Parnaíba. Nessa reunião a ANA fez uma apresentação e colocou a
595 previsão que ainda esse ano seja concluído o processo de formação e instalação do CBH
596 Parnaíba. Ela relata ainda que a próxima reunião será no dia 07 de julho. Nilce informa
597 que dia 17 de junho acontecerá a reunião do Fórum Cearense dos Comitês de Bacia
598 Hidrográficas e destaca que na próxima reunião do CBHSC trará informações sobre o
599 que foi discutido nessa reunião. Dando continuidade aos informes, Nilce ressalta que será
600 compartilhado no grupo de whatsapp do CBHSC e também nas redes sociais do
601 colegiado o cronograma de atividades do processo de construção do Plano de Recursos
602 Hídricos, que foi apresentado pelo Ubirajara. Nilce aproveita o momento para colocar
603 que estão acontecendo muitas atividades envolvendo os membros do CBHSC, e o próprio
604 colegiado tem se reunido muito, sendo que ainda estão previstas muitas atividades para
605 2021 e, assim, ela coloca que tem feito esforço para conciliar seu trabalho remunerado
606 com as atividades do CBHSC e entende que muitos outros membros estão encontrando
607 dificuldade nesse sentido, por isso ela solicita que os membros analisem a viabilidade de
608 participarem de atividades do colegiado no turno da tarde, sugerindo que eles analisem e
609 em seguida deem retorno em relação a essa possibilidade. Na sequência Ewerton faz um
610 convite aos membros do CBHSC para que os mesmos possam participar de uma reunião,
611 organizada pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA, sobre o Plano Municipal
612 de Convivência com a Seca, que acontecerá no dia 18 de junho, a partir das 9h. Em
613 seguida Nayara informa que em breve serão também enviados os ofícios convites para as
614 instituições que deverão integrar a Câmara Técnica de Meio Ambiente, ressaltando que
615 ainda não foram enviados por receio que as instituições confundissem as duas câmaras
616 uma vez que UFC e IFCE serão convidadas para integrarem as duas câmaras. Nayara
617 coloca também que na próxima reunião o colegiado deverá analisar a situação da
618 Comissão Gestora do açude Colina, uma vez que ano passado o mandato da CG venceu e
619 o Comitê prorrogou por um ano, mas já está acabando o prazo de 01 (um) ano. Em
620 seguida Teobaldo solicita a palavra e coloca algumas atividades que ele vem
621 acompanhando como representante dos CBHs no Conselho Administrativo da COGERH,
622 dentre elas a notícia da possibilidade da COGERH passar a atuar também na produção de
623 energia renovável, e também a informação de que ainda em 2021 serão criadas duas
624 novas gerenciais regionais, sendo que uma delas será a da Serra da Ibiapaba. Teobaldo
625 coloca ainda que os CBHs solicitaram assento do Conselho de Meio Ambiente do Estado
626 do Ceará – COEMA, sendo que essa solicitação recebeu apoio do deputado Acrísio Sena,

627 que em conversa com o Secretário Artur Bruno, por considerar o pleito pertinente o
 628 mesmo será pauta da próxima reunião do conselho. Dando continuidade, Nilce lembra
 629 que está agendada para o dia 30 de junho haverá a 12ª Reunião Extraordinária do
 630 CBHSC, momento em que haverá a alocação dos reservatórios da bacia. Na sequência
 631 Nilce finaliza a reunião. Durante a 11ª reunião extraordinária do CBHSC foram feitas as
 632 seguintes deliberações e encaminhamentos: 1- Reunião de alocação dos reservatório da
 633 Bacia dos Sertões de Crateús agendada para o dia 30 de junho; 2 – Na próxima reunião
 634 discutir a situação da CG do açude Colina. Sem mais nada a tratar, foi lavrada por mim,
 635 Francisco Teobaldo Gonçalves Marques, e após lida e aprovada, será assinada pelos
 636 presentes.

INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ		
TITULAR	JOSÉ EDIVALDO RODRIGUES MELO	
SUPLENTE	KATHERINE CAVALCANTE DE AZEVEDO ARAGÃO ALBUQUERQUE	

ÁREA PASTORAL NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO		
TITULAR	ANTÔNIO ADONYS FARIAS SOBRINHO	
SUPLENTE	MARIA SOCORRO SAMPAIO CARVALHO	

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA DO ESTADO DO CEARÁ- FETRAECE		
TITULAR	BRÁS SOUSA RODRIGUES	
SUPLENTE	MARIA APARECIDA SOARES DE SOUZA	

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE QUITERIANÓPOLIS - STRAAFQ		
TITULAR	FRANCISCO PINHEIRO DO NASCIMENTO	
SUPLENTE	JOÃO SILVA DE MACEDO	

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES/AS FAMILIARES DE TAMBORIL		
TITULAR	JOSÉ OLIVEIRA RIBEIRO	
SUPLENTE	MARCOS AURÉLIO ALVES SANTOS	

CÁRITAS DIOCESANA DE CRATEÚS

TITULAR	JAIR MARCIEL DE MELO	
SUPLENTE	EDEVALDO MELO RIBEIRO	

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE INDEPENDÊNCIA

TITULAR	EUCLÍDIA CORDEIRO SANTIAGO DE PAIVA	
SUPLENTE	ROSILENE GONÇALVES DE OLIVEIRA	

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE INDEPENDÊNCIA- APROFI

TITULAR	ANTONIA NILCE PEREIRA DE SOUZA	
SUPLENTE	PAULO EDUARDO GOMES COUTINHO	

ASSOCIAÇÃO CAATINGA

TITULAR	GILSON MIRANDA DO NASCIMENTO	
SUPLENTE	ANTÔNIO OLAVO VIEIRA DAS CHAGAS	

ASSOCIAÇÃO DOS VAZANTEIROS DE INDEPENDÊNCIA

TITULAR	ANTÔNIA ALVINA DE ARAÚJO	
SUPLENTE	MARIA DA PIEDADE PEREIRA DA SILVA	

SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO RURAL - SISAR

TITULAR	SÔNIA MARIA XIMENES ARAGÃO SALES	
SUPLENTE	ANTÔNIO MARCOS DIOGO LEITÃO	

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DE IPAPORANGA

TITULAR	TEOVANE RODRIGUES DE SOUSA	
SUPLENTE	VANESSA BARROS PEREIRA	

ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DE ÁGUA DO AÇUDE CARNAUBAL – ASSUSA

TITULAR	FRANCISCO TEOBALDO GONÇALVES MARQUES	
SUPLENTE	FRANCISCO BARBOSA FARIAS	

COLONIA DE PESCADORES Z-58 NOVO ORIENTE

TITULAR	JOSÉ RIBAMAR DO NASCIMENTO	
SUPLENTE	ANTÔNIO ALEXANDRE ALBUQUERQUE	

ASSOCIAÇÃO DE MALHADA VERMELHA

TITULAR	MANOEL LACERDA LOIOLA	
TITULAR	ANTÔNIO ERIC DA SILVA PINTO	

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE GROTA

TITULAR	RAIMUNDO CASSIMIRO DE SOUSA	
SUPLENTE	MARINHO DA SILVA OLIVEIRA	

CONSELHO DOS POVOS INDÍGENAS: TABAJARAS, CALABAÇAS E OUTROS DE PORANGA E REGIÃO

TITULAR	RAIMUNDA GOMES MARINHO SAMPAIO	
SUPLENTE	ANTÔNIO SÉRGIO MARQUES DA SILVA	

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

TITULAR	FRANCISCO FERNANDO DE AMORIM SILVA	
SUPLENTE	LUCICLEIDE MARIA DA SILVA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL

TITULAR	EDMILSON RODRIGUES DE ARAÚJO	
SUPLENTE	FRANCILEUDA AMBRÓSIO MELO	

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA

TITULAR	JOSÉ ROGÉRIO BEZERRA PACÍFICO	
SUPLENTE	JOSÉ YURI FREIRE FARIAS	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS

TITULAR	MARCELO FERREIRA MACHADO	
SUPLENTE	LOURISMAR OLIVEIRA GOMES	

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE

TITULAR	ENOCH SABOIA COUTINHO	
SUPLENTE	ALONSO ALVES DA SILVA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITERIANÓPOLIS

TITULAR	CÍCERO LACERDA DE DEUS	
SUPLENTE	ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUZA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGA

TITULAR	JAEGER HOLANDA PINHO	
SUPLENTE	ANTÔNIO CRISTOVAM ALVES MELO	

SECRETARIA DOS RECURSOS HIDRICOS - SRH

TITULAR	MÁRCIA SOARES CALDAS	
SUPLENTE	CARLOS MAGNO FEIJÓ CAMPELO	

**EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ -
EMATERCE**

TITULAR	EDIVALDO COSTA DOS SANTOS	
SUPLENTE	LINDINALVA OLIVEIRA DA CUNHA	

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES SÃO FRANCISCO E DO
PARNAÍBA - CODEVASF**

TITULAR	LEANDRO AGUIAR DE OLIVEIRA	
SUPLENTE	JOSÉ ORLANDO SOARES OLIVEIRA	

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA

TITULAR	TATIANNA KARINNE ANGELO FERREIRA	
SUPLENTE	DORIS DAY SANTOS DA SILVA	

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS

TITULAR	SEM INDICAÇÃO	
SUPLENTE	SEM INDICAÇÃO	

VACÂNCIA

TITULAR		
SUPLENTE		